



Anabela Gil,
CEGOT – Universidade do Porto ~ gilanabela@gmail.com

A População Universitária em Portugal: O Caso do Curso de Geografia na Faculdade de Letras do Porto

Ensino da Geografia e Processo de Bolonha

As universidades portuguesas têm sido palco de mudanças que reflectem a ordem social, política e económica das conjunturas subjacentes. Nesse sentido, procuram responder aos apelos de uma Europa Comunitária, em específico às metas instituídas pela Declaração de Bolonha de 1999, para que em 2010, o espaço europeu se torne na *economia do conhecimento mais competitiva*, capaz de *atrair cada vez mais alunos* dos vários quadrantes do mundo. No elenco curricular dos Cursos Superiores, espera-se, também, aproximar os conteúdos e os objectivos visados às reais necessidades de formação dos jovens diplomados, exigidas por um mercado de trabalho competitivo.

Esta comunicação visa perceber a distribuição territorial da população estudantil universitária em Portugal, introduzindo-lhe uma perspectiva de análise comparativa entre os anos noventa e a actualidade. De forma mais aprofundada o estudo irá, ainda, retratar o perfil da população estudantil e o elenco curricular no Curso de Geografia da Faculdade de Letras do Porto nas últimas décadas.

O presente trabalho decorre da necessidade de aprofundar um campo de estudo que se encontra em mutação, embora pouco explorado, procurando perceber-se as realidades operadas nas universidades, face à institucionalização de Bolonha, e as suas respostas face às solicitações do mundo exterior.

1. Introdução

A mudança de paradigma nas nossas universidades traduz-se por um conjunto de alterações quer no campo epistemológico, quer no campo político e económico, nomeadamente, com a nossa inserção na comunidade europeia. O Processo de Bolonha propõe como pilares o aumento da competitividade no ensino superior, a mobilidade e a empregabilidade dos diplomados no espaço europeu.

Decorrente do Processo de Bolonha, Teresa Barata Salgueiro refere que *é de esperar que se venha a assistir a uma relativa uniformização do primeiro ciclo do ensino superior, banalizado e oferecido por muitos pontos do território, de forma quase dispersa, mesmo se algumas escolas se destaquem pela sua maior qualidade, e um progressivo estreitamento de uma oferta muito competitiva nos níveis mais altos* (Barata Salgueiro, 2005). Assim, é importante perceber-se quais as mudanças que foram introduzidas nas universidades, decorrentes do previsto no Processo de Bolonha.

Em 1994, Rosa Fernanda Moreira da Silva publicou um artigo intitulado *Faculdade de Letras do Porto (1980/1994) seu Enquadramento Nacional e Regional*, o qual constituiu um ponto de partida indispensável para o desenvolvimento da presente comunicação. O artigo atrás referido estrutura-se em duas partes: *A distribuição espacial da actual população estudantil universitária em Portugal – O caso da Faculdade de Letras do Porto* e *A formação profissional na FLUP a curto e a médio prazo*. No momento da publicação, a autora salientou a pertinência destes textos, fundamentando-a na escassez de *um campo bem pouco explorado*, assim como *pelo desconhecimento da resposta fiel das Faculdades às realidades cada vez maiores e mais específicas impostas pelo exterior à escala regional e nacional* (Silva, 1994). Se por um lado, pode reforçar-se que volvidos quinze anos, este campo de investigação ainda continua pouco explorado, pelo que urge dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela referida investigadora, por outro lado, as referidas instituições tem procurado desenvolver mecanismos de auto-regulação das práticas, procurando responder às solicitações do mundo exterior.

Muito embora o espaço temporal, que medeia entre o texto produzido por Rosa Fernanda Moreira da Silva e o do actual artigo, seja relativamente curto, reproduziram-se algumas transformações no tecido socioeconómico português, as quais se podem ter reflectido em mudanças no panorama do ensino superior. Salienta-se, ainda, o mote institucionalizado pelo Processo de Bolonha o qual reforça, por um lado, a harmonização do espaço europeu de educação, concedendo-lhe uma identidade pan-europeia e, por outro, pretende torná-lo mais atractivo e competitivo no palco do ensino superior mundial.

Replicando alguns dos desafios lançados no texto publicado em 1994, esta comunicação tem como objectivo perceber a distribuição territorial da população estudantil universitária em Portugal, introduzindo-lhe uma perspectiva de análise comparativa entre os anos noventa e a actualidade. De forma mais aprofundada o estudo irá, ainda, retratar o perfil da população estudantil e o elenco curricular no Curso de Geografia da Faculdade de Letras do Porto nas últimas décadas.

Assim, a presente comunicação está estruturada em três partes: *Perspectivas sobre a necessidade de mudança no Ensino Superior versus Universidades* – onde se procurará efectuar uma revisão bibliográfica da temática em estudo, a sua fundamentação teórica e a contextualização do Processo de Bolonha; *O ingresso dos alunos no Ensino Superior, na última década* – partindo da pesquisa estatística, procurar-se-á relacionar, comparar e analisar variáveis demográficas, representando-as cartograficamente, de forma a que estas possam fornecer uma leitura clara e actualizada do Ensino Superior em Portugal; *O perfil da população estudantil e o elenco curricular no Curso de Geografia da Faculdade de Letras do Porto* – numa escala de proximidade, procurar-se-á caracterizar a população estudantil (idade, género, residência...) e o elenco curricular operacionalizado deste Curso, nas últimas décadas. Numa tentativa de interpretação da realidade, na actualidade, a investigação procurará, ainda, perceber de que forma o Curso de Geografia, ministrado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, serve de pólo de atracção no espaço português, gerando mobilidade territorial interna e serve de pólo de projecção externa no espaço nacional e mundial, provocando mobilidade espacial externa da população estudantil, nomeadamente através do Programa *Erasmus*.

Considera-se, pois, que a presente comunicação incidirá numa temática que se reveste de actualidade e interesse, a qual procurará ligar concepções teóricas à realidade sentida no território. Em aberto fica, então, a seguinte questão de partida: em que medida as universidades produzem no território matrizes próprias que as distinguem umas das outras, tecendo a sua rede de influência no território em que se inserem?

2. Perspectivas sobre a necessidade de mudança no Ensino Superior *versus* Universidades

O ponto que dá origem ao título tem constituído uma preocupação para diversos quadrantes que têm em comum o binómio da necessidade da mudança nas instituições portuguesas em função das novas realidades da actual sociedade. Uma sociedade pautada pela difusão do conhecimento e pela internacionalização da economia.

Já nos anos setenta Veiga Simão, então Ministro da Educação, reconhecia a inadequação das universidades às necessidades do seu tempo, considerando que a sua reforma deveria ser uma prioridade, recomendando medidas que facilitassem o ingresso no Ensino Superior.

Em 1983, na Conferência Intergovernamental da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE) sobre políticas para o Ensino Superior exigia-se uma reavaliação da posição especial das universidades no sistema global de Ensino Superior. Admite-se como necessário reequacionar-se o papel das universidades nas sociedades pós-industrializadas. Reconhece-se que dentro dos sistemas de Ensino Superior, as universidades continuam a ser instituições *preeminentes, exemplos de padrões académicos, de perfeição e inovação e, conseqüentemente, uma fonte de estímulo para outras instituições* (OCDE, 1987). Assim, apela-se a uma mudança desejável no Ensino Superior que só poderá ser implementada se as universidades desenvolverem atitudes de abertura face ao mundo que incorporam.

Na década de noventa a Comissão das Comunidades Europeias considerou a educação e a formação no primeiro plano das suas prioridades, destacando o desenvolvimento dos recursos humanos em todos níveis (Comission des Communautés Européennes, 1989).

Sérgio Claudino afirma que *um dos principais desafios do Ensino Superior reside, precisamente, na formação de diplomados com maior dinamismo e capacidade de iniciativa. Repensar o Ensino Superior, será assim, cada vez mais, repensar a educação de atitudes e valores que nele se desenvolve* (Claudino, 1995). Reforça o sentido de adequar as competências ministradas pelas universidades à realidade e aos seus cidadãos, tornando-os mais interventivos na promoção do desenvolvimento local e da vida social. Acredita-se que a mudança de paradigma, enunciada por Martin Trow, do *Ensino Superior de massas* para o *Ensino Superior universal*, democratizando este grau de ensino, permitirá a sua admissão a um crescente número de indivíduos que o desejem frequentar, a condições para a sua concretização.

Deste modo, poderá traçar-se um caminho que assente na formação de uma *sociedade do conhecimento*, privilegiando-se a *criação do saber e a sua aplicação ao desenvolvimento e ao bem-estar social, incentivando, por essa via, uma melhor organização da democracia participativa, de modo que os cidadãos se realizem individual e colectivamente na procura da qualidade de vida e da felicidade* (Simão et al, 2002). Concebe-se, assim, a educação mediante uma visão humanista da ciência e da cultura, e não apenas através de uma visão comercial do ensino e da aprendizagem.

A *Declaração de Bolonha* (1999) procurou instituir como objectivo último criar até 2010 um *Espaço Europeu de Ensino Superior*. Neste processo, os sistemas de Ensino Superior deviam definir um conjunto de etapas culminando num espaço europeu harmonizado que alicerce as suas bases na mobilidade dos estudantes, através da comparabilidade dos percursos escolares, na autonomia das escolhas e na inserção no mercado de trabalho, fazendo da Europa um espaço atractivo e competitivo no palco mundial. (<http://www.bologna-bergen2005.no/>)

Na Cimeira de Lisboa em 2000, o Conselho da Europa, o qual Portugal integra, definiu como objectivo estratégico, para a década que agora termina, *fazer da UE a economia baseada no conhecimento, mais competitiva e dinâmica, capaz de um crescimento sustentável, com mais e melhores empregos e coesão social*.

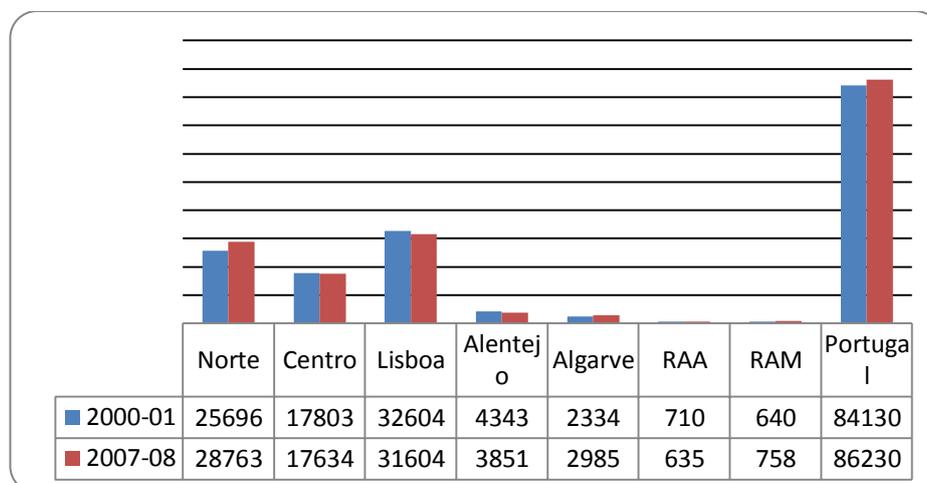
Pedro Lynce considera que a *Europa do conhecimento não conhece barreiras fronteiriças. A fraca internacionalização das instituições do Ensino Superior tem de ser combatida como modo de afirmação da soberania portuguesa no plano internacional* (Lynce in Simão et al, 2002). O desafio está lançado, Bolonha é uma realidade instituída, a qual poderá trazer mais valias na afirmação de Portugal no contexto mundial, assentando no aumento da formação, da escolaridade, dos diplomados e da sua competitividade.

3. O ingresso dos alunos no Ensino Superior em Portugal, na última década

Tendo por base os dados estatísticos publicados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), através do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), verificam-se algumas alterações no Ensino Superior que decorrem da reforma instituída pelo Processo de Bolonha. Assim no discurso político, o período entre 2005-2009 evidenciou-se por uma *profunda reforma do Ensino Superior*, abrindo este grau de ensino à *sociedade e outros grupos sociais, à mobilidade e ao reconhecimento internacionais, ao reconhecimento de formações diversificadas, e à diversidade curricular*. (MCTES, 2009)

Segundo a informação estatística publicada pelo MCTES, a *base de recrutamento do ensino superior foi substancialmente alargada*, reflectindo-se numa frequência de 35% de jovens com 20 anos, ou seja *um em cada três cidadãos com 20 anos frequenta o ensino superior*. Também as novas inscrições no ensino superior (1º ano, 1ª Vez) *aumentaram cerca de 37%* entre 2004/05 e 2008/09. Reforça-se, ainda, de que no período considerado o *número de diplomados pelo ensino superior cresceu 20%*.

Figura 1 -Vagas no Ensino Público e Privado, por NUT II¹, em 2000-01 e 2007-08.

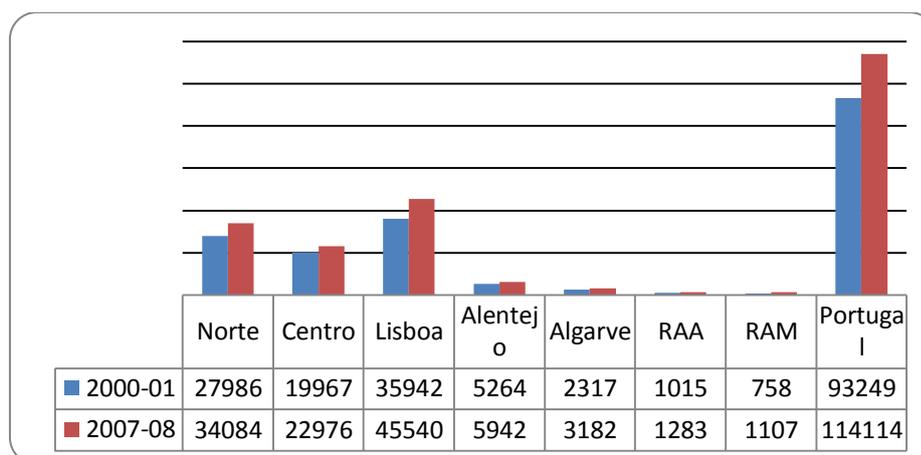


Fonte: Informação recolhida nas respectivas portarias ministeriais que fixam as vagas, GPEARI/MCTES.

Podemos observar no gráfico da figura 1 que entre 2000-01 e 2007-08, as vagas de acesso e ingresso em cursos de formação inicial do Ensino Superior aumentaram 2,5% (passaram de 84 130 para 86 230), encontrando-se geograficamente concentradas nas regiões de Lisboa (37%) e do Norte (33%), correspondendo às áreas com mais pólos universitários, com a maior concentração de população e com a população mais jovem.

¹ Após a adesão de Portugal à União Europeia foi implementada uma divisão regional do país que é utilizada para fins estatísticos e que se denomina Nomenclatura das Unidades Territoriais – NUT, a que foi utilizada para o presente capítulo refere-se à divisão territorial do tipo II – escala regional.

Figura 2 – Alunos Inscritos no 1º ano, pela 1ª vez, por NUT II, em 2000-01 e 2007-08.



Fonte: Inquérito estatístico aos alunos diplomados e matriculados do ensino superior, GPEARI/MCTES.

No gráfico da figura 2, elaborado a partir dos dados fornecidos pelo GPEARI/MCTES, entre 2000-01 e 2007-08, o número de alunos inscritos, no 1º ano pela 1ª vez, no ensino superior aumentou 22% [passou de 93 249 para 114 114]. No entanto, existem áreas de formação onde decorreu uma redução drástica como é o caso da área da Educação em que diminuiu 57% [passou de 16 004 para 6 816 de inscritos] (MCTES, 2009), reflectindo um mercado de trabalho saturado e com excesso de oferta de diplomados nesta área.

Em termos de repartição geográfica, o número de alunos inscritos no 1º ano, pela 1ª vez segue o padrão da variável presente na Figura 1, pois são as regiões de Lisboa, Norte e Centro que apresentam os valores que mais se distinguem.

Ao aferir-se o perfil dos alunos do Ensino Superior (MCTES, 2009) inscritos no 1º ano, pela 1ª vez verifica-se que:

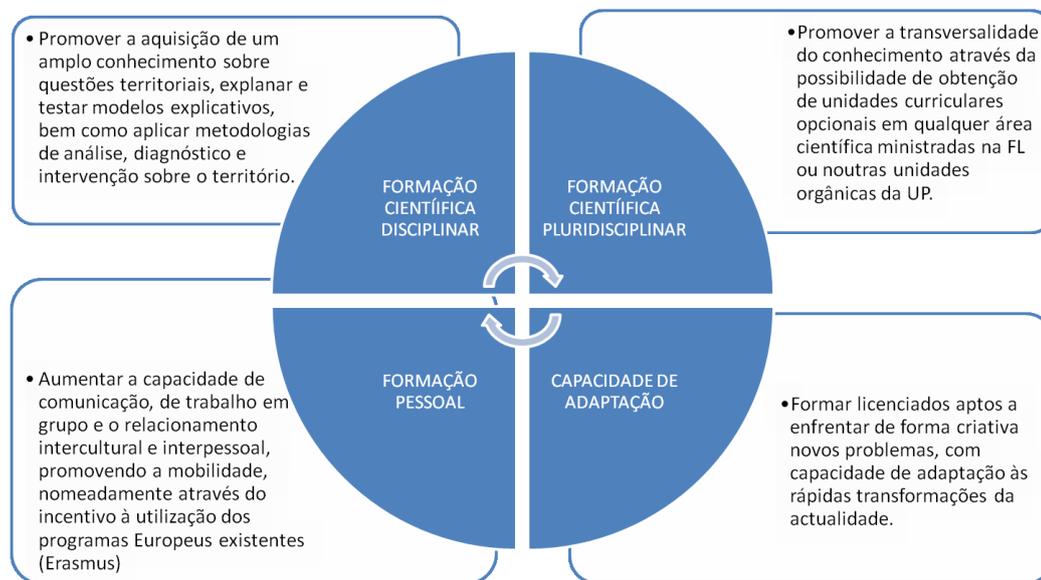
- São maioritariamente mulheres (56%), em qualquer nível de formação, excepto no caso das áreas de *Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção, Serviços e Ciências, Matemática e Informática*;
- Pertencem predominantemente às áreas das *Ciências Sociais, Comércio e Direito* (34%). *Engenharia, indústrias transformadoras e construção* (17%) e *Saúde e protecção social* (16%);
- Estão particularmente representados na região de Lisboa (40%), seguida pelas regiões Norte (30%) e Centro (20%)
- Estão maioritariamente inscritos no nível de formação *Licenciatura – 1º ciclo* (59%);
- Têm esmagadoramente nacionalidade portuguesa (95%) [os de países estrangeiros são, principalmente, oriundos de países do continente africano (45%) e do continente americano (31%): em especial do Brasil (1 383), do Cabo Verde (915) e de Angola (800)].

Após um breve enquadramento sobre o ingresso dos alunos no Ensino Superior em Portugal, em dois períodos da última década, percebido pelo discurso político da institucionalização do Processo de Bolonha, procurar-se-á efectuar uma incursão no panorama do Curso de Geografia, em particular na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

4. O perfil da população estudantil e o elenco curricular no Curso de Geografia da Faculdade de Letras do Porto

Assim, antes de retratarmos os estudantes do Curso de Geografia da FLUP, considera-se que seria fundamental reflectir sobre algumas das mudanças institucionais e formais operadas no Curso de Geografia, da FLUP, e processadas à luz de Bolonha e do contexto socioeconómico actual.

Figura 3 – Objectivos do Curso de Geografia.



Fonte: Departamento de Geografia - Licenciatura em Geografia. (http://siqarra.up.pt/flup/cursos_geral.FormView?P_CUR_SIGLA=LGEOGR, 2009).

Como se pode perceber através da figura 3, actualmente os objectivos da Geografia são bastante amplos, procuram tornar o diplomado em Geografia num cidadão apto à competitividade e à mobilidade. Do ponto de vista do discurso, apela-se a competências que se prevêem na institucionalização do Processo de Bolonha.

O Departamento de Geografia da FLUP ministra, no ano lectivo de 2007-08, o Curso de 1º Ciclo - Licenciatura em Geografia reestruturado no âmbito do Processo de Bolonha, dando continuidade à formação graduada iniciada em 1973 nesta instituição de ensino e investigação (Silva, 1988).

O elenco curricular retratado irá incidir em dois anos lectivos, que irão ser enfatizados na caracterização dos alunos: 1999 e 2009, decorrendo entre eles uma década², mediando entre eles um período de transformação institucional: antes de Bolonha e após Bolonha.

Através dos quadros presentes nas figuras 4 e 5, podem observar-se algumas das reestruturações do elenco curricular do curso. Do ponto de vista formal, em 1999, o Curso de Geografia tinha dois ramos: o educacional e o científico, em que nos três primeiros anos a maior parte das disciplinas era de tronco comum. Na sua grande maioria eram disciplinas anuais, existindo, apenas, duas semestrais. A flexibilidade na escolha das opções do

² Na presente investigação preliminar, realizada no âmbito da comunicação, seleccionou-se apenas uma amostra de dois anos lectivos.

percurso curricular do aluno (assinaladas a amarelo) sentia-se, fundamentalmente no Ramo Científico, quer na vertente da Geografia Humana, quer na vertente da Geografia Física.

Figura 4 - Plano de Estudos do Curso de Geografia em 1999 e 2009.

ANO	1999		Carácter	ANO	SEM	2009		
	DISCIPLINAS (TRONCO COMUM)					UNIDADE CURRICULAR	ECTS	
	RAMO EDUCACIONAL	RAMO CIENTÍFICO						
1º	Métodos de Análise em Geografia		Anual	1º	1º	Cartografia	6	
	Elementos de Estatística Aplicados à Geografia		Anual			Informação Geográfica e Análise de Dados	6	
	Geografia Humana I		Anual			Mudanças Globais e Ambiente	6	
	Geografia Física I		Anual			Pensamento Geográfico	6	
	Introdução aos Estudos Geográficos		Semes		2º	Sociedade, Território e Globalização	6	
	Introdução à Geologia		Semes			Geografia da População	6	
	Introdução à Informática		A. (*)			Processos Atmosféricos e Hidrológicos	6	
	Língua Viva I (F, I)		(1OP)			Processos Ecológicos da Biosfera	6	
2º	Geografia Humana II		Anual	2º	3º	Processos Geomorfológicos	6	
	Geografia Física II					Sistemas de Informação Geográfica	6	
	Elementos de Biogeografia					Anual (2 OP) (*)	Geografia da Europa	6
	Formação do Mundo Moderno e Contemporâneo						Geografia Física de Portugal	6
	Geografia da População						Geografia Rural	6
	Agricultura na U Europeia						Geografia Urbana	6
Língua Viva II (F, I)		Anual	Sistemas de Informação Geográfica	6				
Geografia Física de Portugal			3º	Desenvolvimento e Planeamento do Território	6			
Geografia Humana de Portugal				Geografia Humana de Portugal	6			
Geografia Económica e Social				Saída de Estudo	6			
Geografia Económica e Social				Opção	6			
Antropologia Social e Cultural				Opção	6			
3º	Intr. às Ciências da Educação			Anual	3º	5º	Seminário Projecto I	6
	Opção		Opção				6	
	Opção		Opção				6	
	Opção		Opção				6	
4º	Teoria e Métodos em Geografia		Anual	6º	6º	Seminário Projecto I	6	
	Seminário em Geografia Humana ou Seminário em Geografia Física					Opção	6	
	Psico. Desen. Aprendizagem					Opção	6	
	Org. Desen. Curricular					Opção	6	
	Met. Ensino da Geografia					Opção	6	
5º	Est. Pedagógico		Anual					
	Seminário							

(*)História, V. Arqueologia e Hist. Arte, Sociologia

Fonte: Diário da República, I Série, n.º 253, de 3 de Nov. 1987; Resolução n.º 79/2001 (2.ª Série) do D.R. II Série, n.º 165, de 18 de Jul. de 2001; D.R. 2.ª Série, n.º 63, de 31 de Mar. de 2009.

Após Bolonha, as disciplinas deram lugar às unidades curriculares; as disciplinas anuais deram lugar a unidades curriculares semestrais, as quais têm uma ponderação em Créditos - European Credit Transfer System (ECTS). O Curso passou a ter uma duração de seis semestres e uma creditação de 180 ECTS, substituindo a duração da Licenciatura de quatro anos, no Ramo Científico. No caso do Ramo Educacional, ocorreu uma reorganização da duração: três anos no primeiro ciclo e dois anos com correspondência ao segundo ciclo (Geografia com Minor em História). Na FLUP, o Curso poderá ser frequentado seguindo uma de duas modalidades:

- *Licenciatura em Geografia - Formação na área científica de Geografia, obtendo 120 ECTS e 60 ECTS opcionais de escolha livre nas áreas de Geografia, Humanidades, Ciências Sociais, Ciências Naturais ou Ciências Tecnológicas;*
- *Licenciatura em Geografia com Minor em História – obtenção de 120 ECTS em Geografia + 54 ECTS em História e, ainda, 6 ECTS numa disciplina de opção nas áreas acima indicadas. Só a articulação da formação em Geografia com Minor em História dará acesso ao curso de 2º ciclo para Formação de Professores, desde que atingidos os créditos previstos. (http://sigarra.up.pt/flup/cursos_geral.FormView?P_CUR_SIGLA=LGEOGR, 2009)*

Figura 5 – Plano de Estudos do Curso de Geografia: Designação das Opções.

1999 Designação das Opções	Anos	2009 Designação das Opções	Semestre
Sociologia Rural e Urbana	3º (2 Opções)	Análise e Gestão de Riscos Naturais	4º (2 Opções)
Geografia Locativa		Climatologia Aplicada	
Plane. Transportes		Erosão e Conservação dos Solos	
Geografia Urbana		Evolução da Cartografia	
Geografia Turismo		Geografia do Turismo	6º (4 Opções)
Geografia Histórica		Geografia do Mediterrâneo	
Geografia Rural		Evolução do Urbanismo	
Geografia Regional		Geografia Social e Cultural	5º (4 Opções)
Planeamento Regional e Local		Geomorfologia do Litoral	
Geografia Política		Ambiente Urbano	
Geografia Industrial		Avaliação dos Impactes Ambientais	
Geografia Estrutural		Dinâmicas Rurais na União Europeia	
Geografia Dinâmica		Geomorfologia Dinâmica	
Geografia Climática		GeoPolítica e GeoEstratégia	
Geomorfologia Quaternário		Teorias e Políticas da Habitação	
Climatologia Hidrologia			
Planeamento. Físico			
Cartografia Geomorfológica			
Geografia dos Solos			

Fonte: Diário da República, I Série, n.º 253, de 3 de Nov. 1987; Resolução n.º 79/2001 (2.ª Série) do D.R. II Série, n.º 165, de 18 de Jul. de 2001; D.R. 2.ª Série, n.º 63, de 31 de Mar. de 2009.

Actualmente, do ponto de vista formal, é o aluno que constrói o seu percurso, seleccionando as unidades curriculares que podem completar o seu ciclo de formação. Também numa perspectiva construtivista da educação, deverá ser o aluno que constrói o seu conhecimento, com a supervisão e a monitorização de um docente.³

Para se efectuar uma caracterização de pormenor sobre o perfil dos alunos do Curso de Geografia, não foi possível utilizar as estatísticas oficiais GPEAR/MCTES, utilizadas no

³ A verificação desta acção poderá constituir uma pista para um futuro trabalho, a sua abordagem não constituiu um objecto da presente investigação.

enquadramento geral do Ensino Superior. Este órgão utiliza a nomenclatura oficial prevista na Portaria n.º 256 de 16 de Março de 2005, do Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho (MAET), na qual se prevê a actualização da Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF), adoptando os procedimentos de uma classificação internacional harmonizada na área da formação, inicial e contínua. Deste modo, permite *uma recolha e tratamento de dados sobre a formação profissional, nomeadamente no âmbito de Fundo Social Europeu, nos inquéritos e estudos e na identificação da oferta formativa.*

O constrangimento em utilizar os dados que constavam no estudo do GPEARI/MCTES prende-se com o facto dos conteúdos principais do Curso de Geografia, segundo a CNAEF, versarem em três áreas de educação e formação, como consta na figura 6. Dentro dos três grandes grupos em que o Curso de Geografia pode ser enquadrado, encontram-se outros Cursos. Deste modo, não é possível efectuar uma recolha de dados selectiva e objectiva, relativamente ao Curso pretendido.

Figura 6 – Classificação das Áreas de Educação e Formação: Curso de Geografia.

Grandes Grupos	Áreas de estudo	Áreas de educação e formação	Conteúdos principais
1. Educação	14. Formação de professores/formadores e ciências de educação	145. Formação de professores de áreas disciplinares específicas	Ensino da Geografia
3. Ciências Sociais, Comércio e Direito	31. Ciências sociais e do comportamento	312. Sociologia e outros estudos	Geografia Cultural Geografia Humana Geografia Social
4. Ciências, Matemática e Informática	44. Ciências Físicas	443. Ciências da Terra	Geografia Física

Fonte: CNAEF, Portaria n.º 256/2005 - MAET.

Contornando este constrangimento, e de forma a proceder-se à caracterização do perfil dos discentes do Curso de Geografia, recorreu-se à recolha de dados fornecidos no acto das matrículas.

Figura 7 – Perfil da População Estudantil do Curso de Geografia na FLUP.

ANO	Nº TOTAL DE ALUNOS	Nº ALUNOS INSCRITOS 1ª VEZ NO 1º ANO	MÉDIA DE IDADES	MODA DE IDADES	DESVIO PADRÃO
1999	129	78%	22,7	18	6,55
2009	115	74%	22,4	18	8,27

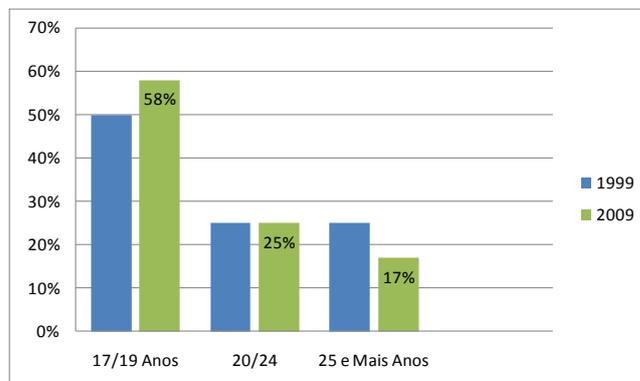
Fonte: FLUP.

Analisando o quadro da figura 7 podemos verificar que existiu uma redução do número de vagas e do número de alunos inscritos pela primeira vez, para tal terá contribuído a transformação do elenco curricular.

Nos dois anos em análise, a média de idades aproxima-se e a moda é igual. No entanto, salienta-se que o ano de 2009 apresenta um maior desvio padrão: 8,27, o qual será explicitado no gráfico da figura 8. Assim, verifica-se que existiu um aumento na base das idades, traduzindo-se num acréscimo de 8% nos jovens entre os 17 e os 19 anos, reduzindo-se a frequência de

alunos no escalão etário igual ou superior aos 25 anos. Por outro lado, o ano 2009 apresenta uma população estudiantil mais jovem relativamente ao ano de 1999.

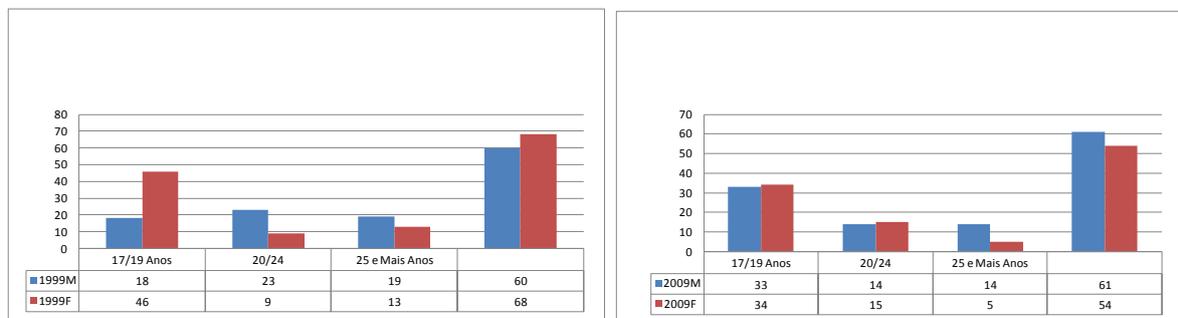
Figura 8 – Estrutura Etária dos Estudantes Inscritos no 1º Ano do Curso de Geografia.



Fonte: FLUP.

Nos gráficos da figura 9, pode observar-se a relação entre a estrutura etária e o género dos estudantes inscritos no 1º ano, nos períodos de 1999 e 2009, respectivamente. Em 1999 era o género feminino que prevalecia no primeiro escalão de idades, entre os 17 e os 19 anos, embora nos escalões seguintes fosse o género masculino que se evidenciasse. Em 2009 verifica-se que os géneros estão praticamente equivalentes nos dois primeiros escalões, no entanto, no escalão etário igual ou superior aos 25 anos é o género masculino que prevalece, com mais seis elementos.

Figura 9 – Relação Entre a Estrutura Etária e o Género dos Estudantes Inscritos no 1º Ano, no Curso de Geografia, 1999 e 2009.



Fonte: FLUP.

Pode apreciar-se que existiu uma ligeira alteração na frequência do género masculino e do género feminino, nos anos em análise. Em 1999, era o género feminino que mais contribuía para o ingresso de jovens alunos, entre os 17 e os 19 anos, enquanto no ano de 2009 o maior contributo do género masculino afirma-se no escalão etário mais elevado, de 25 e mais anos.

O maior ingresso de alunos do género masculino, em 2009, poderá estar relacionado com a alteração do elenco curricular, que perdeu a vocação fundamentalmente orientada para saídas profissionais ligadas à Educação e redireccionou o Curso para a diversificação das novas tendências do mercado de trabalho, apostando em novas unidades curriculares como *Sistema de Informação Geográfica*, aplicando as novas tecnologias à Geografia.

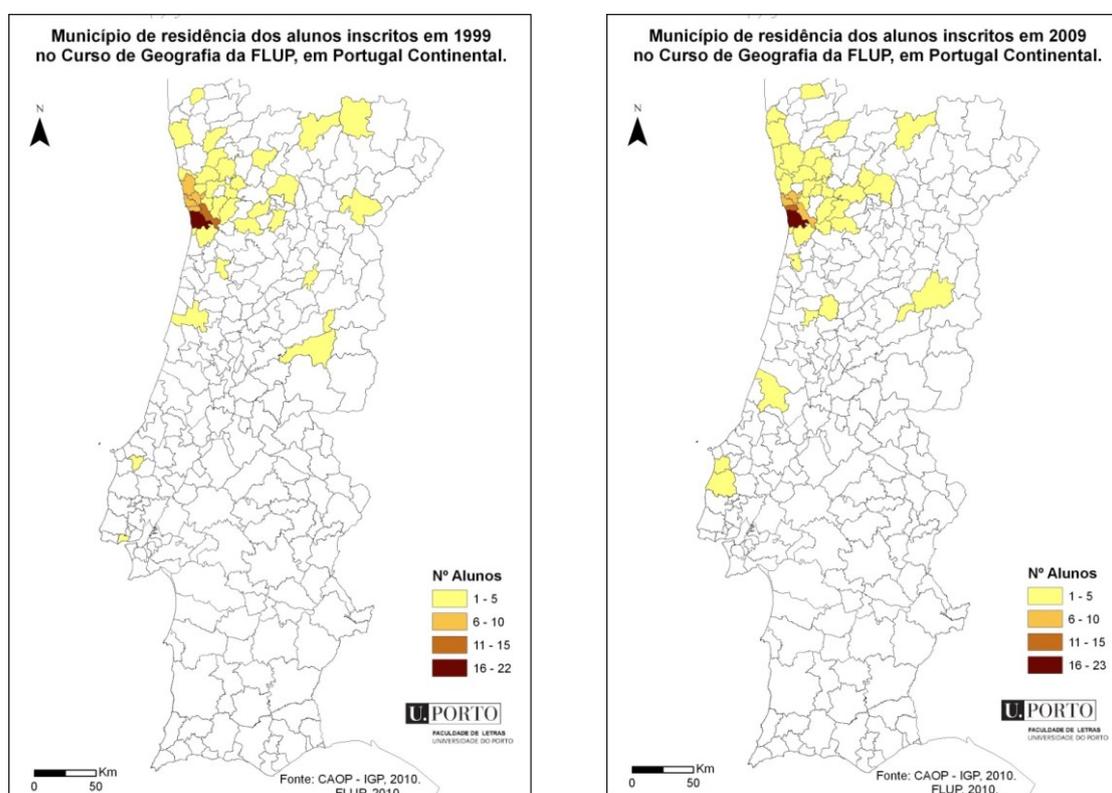
Para completar a caracterização do perfil dos alunos que ingressam no Curso de Geografia, procedeu-se à cartografia dos dados de naturalidade e residência. No entanto,

verificou-se que existiam ligeiras alterações no padrão da repartição entre a naturalidade e a residência dos alunos, optando-se por cartografar, apenas, os dados da residência, retratando uma informação mais recente.

Para cartografar os dados, utilizou-se a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) que regista o estado e demarcação das circunscções administrativas do País, em que o Instituto Geográfico Português (IGP), integrado no Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, é o responsável pela sua execução. Como programa auxiliar no processamento dos dados recorreu-se ao ARCGIS, utilizado nos Sistemas de Informação Geográfica.

Nos mapas da figura 10, pode observar-se que nos dois anos em análise a grande maioria dos alunos reside na Região Norte, afectando-se à Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP), salientando-se a particularidade de que, nos dois anos estudados, os alunos são provenientes, maioritariamente, do Município de Vila Nova de Gaia.

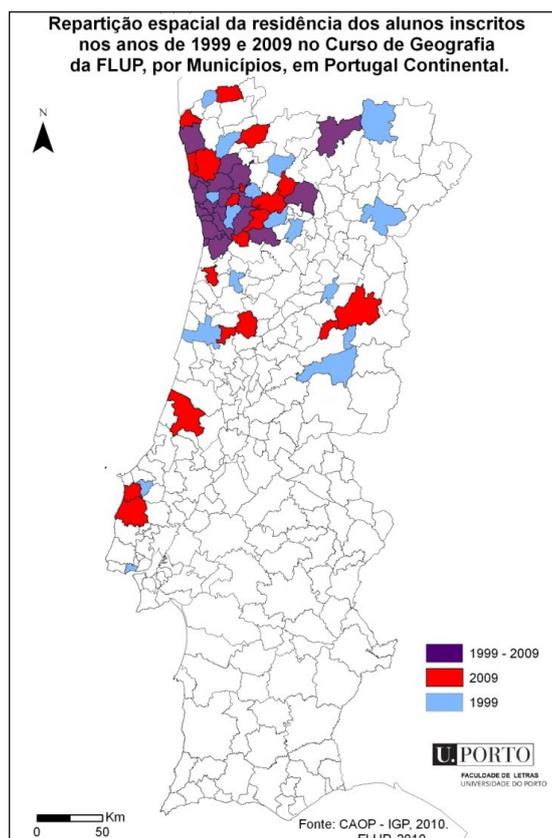
Figura 10 – Município de residência dos alunos em 1999 e 2009, no Curso de Geografia da FLUP, em Portugal Continental.



Deste modo, pode equacionar-se a seguinte hipótese: será que ao longo dos anos a grande maioria dos alunos são provenientes do Município de Gaia? Caso se venha a confirmar esta hipótese, coloca-se outra questão: quais os factores que contribuem para este processo? Será que existem dinâmicas locais que promovam a divulgação do Curso de Geografia e as suas potencialidades no mercado de trabalho?

No mapa da figura 11, cartografou-se a repartição espacial do local de residência dos estudantes que ocorreu nos dois anos estudados, pretendendo verificar-se a sua variação espacial e temporal.

Figura 11 – Repartição espacial da residência dos alunos inscritos nos anos de 1999 e 2009.



Através do mapa da figura 11, pode confirmar-se que, em ambos os anos estudados, os alunos, são provenientes, maioritariamente, da área de influência da FLUP, municípios pertencentes à GAMP. No entanto, no ano de 2009, verifica-se que existem mais alunos fora da região Norte que se mobilizam para ingressar no Curso de Geografia da FLUP.

Numa tentativa de perceber a mobilidade de saída (OUT) dos alunos durante a frequência no Curso de Geografia, analisamos os dados disponibilizados pelo Serviço de Gestão de Projectos e Cooperação da FLUP.

Realça-se o papel que a mobilidade poderá ter na vida dos estudantes pois, no âmbito da configuração do Processo de Bolonha, a Mobilidade Erasmus *promove competências amplas para o desenvolvimento da competitividade*.

Contudo, através da análise do quadro da figura 12, verifica-se que, ao longo dos últimos dez anos, a mobilidade OUT dos alunos do Curso de Geografia da FLUP foi muito reduzida, correspondendo apenas a 2% do total de alunos da FLUP que frequentam programas de mobilidade, ou seja de 751 alunos da FLUP, apenas 18 eram alunos do Curso de Geografia. Os alunos da FLUP que mais utilizam este tipo de mobilidade são os alunos de Línguas e Literaturas Modernas, aspecto que vai ao encontro da natureza e especificidade do seu Curso.

Ao analisar-se a repartição espacial dos locais de destino dos alunos da FLUP, em função do tipo de Programa, verifica-se uma variação do tipo de mobilidade, nomeadamente desde o ano lectivo 2005/2006, reflexo de uma maior diversificação de protocolos de mobilidade, não se restringindo apenas ao espaço Europeu. Embora a mobilidade ao abrigo do Programa *Erasmus*, especificamente, tenha revelado algumas oscilações, desde o ano lectivo de 2007/08, este panorama inverteu-se, registando-se um acréscimo significativo de alunos que frequentaram o Programa.

Figura 12 – Mobilidade Out dos Alunos: Curso Geografia e FLUP de 1999 a 2010.

Ano	CURSO DE GEOGRAFIA							FLUP					
	Nº de Alunos			Ano do Curso				Tipo de Programa	Nº de Alunos			Tipo de Programa	
	Género		Total	2º	3º	4º	5º		Género		Total		
	M	F							M	F			
1999-00	1	1	2		2			Erasmus Estudos: Itália ¹	16	51	67	Erasmus Estudos	
2000-01	1	1	2		2			Erasmus Estudos: Itália ¹	13	65	78	Erasmus Estudos Acordo EU-Suíça	
2001-02									5	66	71	Erasmus Estudos	
2002-03		2	2				2	Erasmus Estudos: Itália ^{1,2}	13	65	78	Erasmus Estudos Acordo EU-Suíça	
2003-04	2	1	3	1	2			Erasmus Estudos: Itália ¹ , Espanha ³ , Reino Unido ⁴	16	66	82	Erasmus Estudos Acordo EU-Suíça	
2004-05	2		2		1	1		Erasmus Estudos: França ⁵ , Hungria ⁶	20	52	72	Erasmus Estudos	
2005-06									14	44	58	Erasmus Estudos FreeMove	
2006-07	1 1	1	2	2		1		Erasmus Estudos: Espanha ⁷ Erasmus Estágio: Espanha ⁸	41	11	52	Erasmus Estudos FreeMove A.Coop.Brasil	
2007-08	1		1			1		Erasmus Estudos: Espanha ⁹	41	15	56	Erasmus Estudos ErasmusEstágio A.Coop.Brasil	
2008-09	1	1	2	1	1			Erasmus Estudos: Espanha ⁷ A.Coop.Brasil ¹⁰	57	27	84	Erasmus Estudos ErasmusEstágio Erasmus MundusBrasil A.Coop.Brasil	
2009-10	1		1		1			A.Coop.Brasil ¹⁰	35	18	53	Erasmus Estudos Erasmus MundusUruguay Erasmus MundusBrasil ErasmusEstágio A.Coop.Brasil FreeMove	
Totais	11	7	18	4	9	3	2		271	480	751		

¹Università degli Studi di Lecce; ²Università Bergamo; ³Universitat de Barcelona (Barcelona, Espanha); ⁴Middlesex University (Londres, Reino Unido); ⁵Université Paris XII-Vale de Marne (Paris, França); ⁶Eötvös Loránd Tudományegyetem (Budapeste, Hungria); ⁷Universitat de Barcelona (Barcelona, Espanha); ⁸Universidad de Santiago de Compostela (SC, Espanha); ⁹Universidad de Salamanca (Salamanca, Espanha); ¹⁰Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte(Brasil).

Fonte: Serviço de Gestão de Projectos e Cooperação da FLUP.

No que concerne aos alunos do Curso de Geografia, a preferência espacial da mobilidade confina-se ao espaço Europeu, através do Programa *Erasmus*, em Universidades com afinidade linguística (Espanha e Itália) e proximidade geográfica (Espanha). Nos dois últimos anos lectivos, existem, ainda, dois alunos que foram para o Brasil, ao abrigo de um Acordo de Cooperação

5. Conclusão

O Processo de Bolonha institucionalizou alterações no Ensino Superior, que são sentidas do ponto de vista formal. Considera-se, assim, que muito embora o período entre 2005-2009 ficasse marcado pela instituição da *reforma do ensino superior*, a qual procurou abrir o ensino superior à sociedade e a outros grupos sociais, à mobilidade e ao reconhecimento internacionais, ao reconhecimento de formações diversificadas e à diversidade curricular (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2009), a identidade do sistema português do ensino superior ainda estará longe de ser alcançada.

A análise superficial dos números operados na última década reforça a bipolarização do Ensino Superior, visível no aumento do número de vagas e no número de alunos inscritos nas duas regiões mais populosas do país, acentuando a tendência geográfica. Existem alguns constrangimentos que decorrem da forma como é realizado o apuramento dos dados oficiais produzidas pelo GPEAR/MCTES, que têm por base a *Classificação das Áreas de Educação e Formação*, não sendo possível em determinados Cursos, nomeadamente no Curso de Geografia,

extraírem-se dados objectivos relativos aos mesmos, apenas informações dispersas pelas Áreas. Deste modo, são escassas e mesmo raras fontes estatísticas oficiais que disponibilizem dados, possibilitando a realização de estudos de pormenor sobre os Cursos. Na tentativa de ultrapassar o constrangimento acima citado, procedeu-se à recolha de informação junto dos Serviços Administrativos da FLUP, tarefa que se tornou morosa e burocrática.

Ao analisar-se o Curso de Geografia na FLUP, nos dois anos seleccionados e que pretendem retratar o antes do Processo de Bolonha (1999) e o pós-Processo (2009), perceberam-se algumas alterações no elenco curricular do Curso, nomeadamente a nomenclatura das unidades curriculares, que se apresentam mais apelativas. Pressupõe-se conferir *uma sólida formação de base tornando os graduados de conhecimentos sobre: ambiente e mudanças globais; clima, geomorfologia e riscos naturais; recursos naturais questões sociais e económicas; ordenamento e desenvolvimento; sistemas de informação geográfica*. O Curso de Geografia deixou de ter um pendor fundamentalmente votado para formar professores de Geografia, passando a incorporar as novas tecnologias, através dos SIG, reforçando a valência científica com o ordenamento do território.

Como o período temporal estudado é apenas uma amostra, apenas se podem produzir algumas hipóteses, que serão confirmadas num estudo posterior. De qualquer modo salientam-se alguns aspectos particulares aquando da caracterização do perfil do aluno de Geografia: a composição etária dos alunos tem um reforço no escalão de base, reduzindo o número de alunos nos escalões de idade superiores, ou seja a população que ingressa em Geografia é mais jovem. Actualmente existe um reforço do género masculino nos alunos que optam por se graduar em Geografia. Os padrões de residência localmente não sofreram grandes alterações, a FLUP continua a atrair alunos da GAMP e da Região Norte, embora existam dois aspectos particulares: nos dois anos estudados os alunos são provenientes fundamentalmente do Município de Vila Nova de Gaia e em 2009 ingressaram na FLUP mais alunos fora da região Norte.

No enquadramento do actual Processo de Bolonha, a mobilidade de alunos através da frequência em programas será uma mais-valia importante para o desenvolvimento das competências dos alunos, pelo que no caso do Curso de Geografia tal mobilidade deverá ser repensada e rentabilizada. O apuramento das razões que podem motivar os baixos valores dos alunos de Geografia em frequentar este tipo de mobilidade deverá constituir um factor de estudo, equacionando estratégias de melhoria, se tal se justificar. No entanto, a duração de três anos do primeiro ciclo poderá ser um constrangimento, uma vez que a candidatura à mobilidade ocorre no segundo ano, limitando o tempo dessa opção.

Face à investigação realizada, levantam-se algumas das seguintes questões: quais os factores que motivam um jovem a escolher o Curso de Geografia? Existirão dinâmicas locais capazes de influenciar a sua escolha? A mudança do plano curricular traduziu efeitos ao nível do desenvolvimento de competências do geógrafo face ao actual e competitivo mercado de trabalho? Será que esta ampliação/diversificação de *lentes* na sua formação de base tem reflexos no aumento das oportunidades e das saídas profissionais dos geógrafos?

A realização de investigações que percepcionem os caminhos entre a institucionalização operada por Bolonha e a realidade sentida nos Cursos, entre o discurso e a prática, constituem mais-valias fundamentais, pois podem servir de referência para a regulação dos mesmos, tanto mais que, embora se acredite que a solução para a afirmação de Portugal, no contexto mundial, poderá estar no aumento da formação, da escolaridade e dos diplomados, considera-se que esta deverá, cada vez mais, corresponder às solicitações do mercado de trabalho.

6. Referências Bibliográficas

Barata Salgueiro T (2005) A Geografia universitária em época de Benchmarking. *Finisterra*, XL, 79:137-150.

Claudino S (1995) O Ensino Superior Português, Diplomados e Desenvolvimento Regional – Uma Abordagem. Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.

Commission des Communautés Européennes (1989) *L'Éducation et la formation dans la Communauté Européenne, Lignes Directrices pour le Moyen Terme: 1989-1992* (Communication de la Comissão au Conseil). Bruxelas.

Diário da República (1987) I Série, n.º 253, de 3 de Novembro. INCM, Lisboa.

Diário da República (2001) II Série, n.º 165, de 18 de Julho. Resolução n.º 79/2001. INCM, Lisboa.

Diário da República (2005) I Série - B, n.º 53, de 16 de Mar. Portaria n.º 256. INCM, Lisboa.

Diário da República (2009) 2.ª Série, n.º 63, de 31 de Mar. INCM, Lisboa.

MCTES (2009) Estatísticas de Ensino Superior [Volume XV]. Lisboa.

OCDE (1987) *Que futuro para as universidades*. Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério de Educação (versão portuguesa), Lisboa.

Silva R (1988) *Curso de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - 1972-88*. Revista da Faculdade de Letras - Geografia, Porto, 1ª série, Vol. IV, 5-13.

Silva R (1994) *Faculdade de Letras do Porto (1980/1994) seu enquadramento nacional e regional*. Conselho Directivo da FLUP, Porto.

Simão J V, Santos S, Costa A (2002) *Ensino superior: uma visão para próxima década*. Gradiva, Lisboa.

Fontes Electrónicas Consultadas:

http://sigarra.up.pt/flup/cursos_geral.FormView?P_CUR_SIGLA=LGEOGR [Acedido em 1 de Setembro de 2009].

<http://www.bologna-bergen2005.no/> [Acedido em 10 de Agosto de 2009].